



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 265, DE 2024

"Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para permitir que o segurado especial possa ser beneficiário de pensão por morte cujo valor ultrapasse o salário mínimo."

Autor: Deputado PEZENTI

Relator: Deputado BOHN GASS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 265, de 2024, de autoria do nobre Deputado Pezenti, busca permitir que o segurado especial possa ser beneficiário de pensão por morte cujo valor ultrapasse o salário mínimo, sem que isso des caracterize seu enquadramento nessa categoria do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Para tanto, altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

Em sua justificação, o autor argumenta não ser aceitável a perda do enquadramento como segurado especial do trabalhador rural que, mesmo exercendo suas atividades em regime de economia familiar, em observância a todos os outros requisitos legais, passasse a ser beneficiário de uma pensão por morte cujo valor excedesse o piso do RGPS, que é de um salário mínimo.

O projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Previdência, Assistência Social, Infância,



* C D 2 4 2 5 6 8 4 5 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal BOHN GASS

Apresentação: 25/11/2024 10:32:24.240 - CAPADR
PRL 1 CAPADR => PL 265/2024

PRL n.1

Adolescência e Família; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, de acordo com art. 32, inciso I, respectivamente alíneas “a” e “b”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a análise de mérito das questões da política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e à pesca profissional, bem como acerca de política e questões fundiárias, reforma agrária, justiça agrária e direito agrário.

Portanto, imbuídos do objetivo de analisar o mérito da matéria sob a ótica da CAPADR, passemos à análise do Projeto de Lei nº 265, de 2024.

Segundo a Lei nº 8.213/1991, art. 11, inciso VII, o segurado especial é o trabalhador rural que exerce suas atividades em regime de economia familiar, sem o uso de mão de obra assalariada permanente. Incluindo os agricultores familiares; pescadores artesanais; indígenas que exercem atividade rural; e, cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalhem com a família na atividade rural.

Concordamos com o autor da proposição quando argumenta tratar-se de “verdadeira restrição ao acesso à cobertura previdenciária do pequeno agricultor familiar que, após a morte de alguém de quem era dependente previdenciário, passasse legitimamente a receber um benefício de pensão com valor superior ao salário mínimo. O mencionado comando legal, configurada essa hipótese, o impede de seguir contribuindo para o RGPS na forma prevista no § 8º

Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete 873 Cep.: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-5873 – || dep.bohn.gass@camara.leg.br

bohn_gass bohnngass13 @BohnGass (61) 99192-7217 Site: www.bohn.gass.com.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242568450000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bohn Gass



* C D 2 4 2 5 6 8 4 5 0 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BOHN GASS

Apresentação: 25/11/2024 10:32:24.240 - CAPADR
PRL 1 CAPADR => PL 265/2024

PRL n.1

do art. 195 da Constituição, muito embora não haja relação entre sua condição de pequeno agricultor familiar, que pode perfeitamente ser mantida, com a percepção de um direito a que faz jus em razão, por exemplo, do histórico contributivo de cônjuge ou companheiro(a) falecido(a)”.

Importante destacar que estamos tratando aqui de uma proteção social contributiva, que em nada se confunde com assistência social. Portanto, não é justificado proibir o acesso a essa cobertura previdenciária, que é permitida pelo § 8º do art. 195 da Constituição, devido ao recebimento de uma renda obtida de maneira legítima.

Também há julgados pelo país que afastam a incidência dessa regra e admitem a possibilidade de cumulação entre pensão por morte com valor superior ao salário mínimo e o enquadramento como segurado especial, como demonstrou o autor em sua justificação.

Enfim, excluir a menção ao benefício previdenciário da pensão por morte do art. 12, § 10, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do art. 11, § 9º, inciso I, da Lei nº 8.213, de 1991 é questão de justiça social.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 265, de 2024.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2024.

Deputado BOHN GASS
Relator



Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete 873 Cep.: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-5873 – || dep.bohn.gass@camara.leg.br

bohn_gass bohnngass13 @BohnGass (61) 99192-7217 Site: www.bohnngass.com.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242568450000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bohn Gass

